



LEGISLATIVO / Plenário da Câmara vota, amanhã, os trechos fatiados da proposta que parcela o pagamento de dívidas da União. Já a análise da peça orçamentária deve ocorrer na sexta-feira, antes do recesso parlamentar

PEC dos Precatórios e Orçamento na pauta

» ISRAEL MEDEIROS

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Na reta final dos trabalhos do Congresso em 2021, deputados e senadores se desdobram para aprovar projetos essenciais ao funcionamento da máquina pública no ano que vem e para concretizar planos do governo federal. A bola da vez, agora, é avalizar o Orçamento de 2022 — ano eleitoral e que terá recursos escassos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) tem de ser aprovado até a próxima sexta-feira, mas há empecilhos que podem atrasar o processo.

O principal desafio da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última semana, foi um impasse envolvendo a relatoria da área temática de Educação. O caso acabou sendo levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) recorreu à Corte questionando a escolha do senador Wellington Fagundes (PL-MT) para a área, já que ela havia sido indicada pelo líder do bloco, senador Lasier Martins (Podemos-RS) ainda em julho.

Thronicke citou o regimento para argumentar que dois parlamentares de um partido não podem ser indicados para a mesma área temática em dois anos seguidos, como é o caso de Fagundes, que foi antecedido pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) no orçamento da educação de 2021.

No fim das contas, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido de liminar feito por Thronicke. Ele entendeu que o tema é um assunto “interna corporis”, ou seja, é problema do Parlamento. A resposta definitiva sobre o assunto, portanto, ficará a cargo do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), vice-presidente da comissão, o assunto deve ser discutido pelo próprio Parlamento. Ele não vê, portanto, risco de o embate atrasar o orçamento. “Isso é um problema do bloco deles (Podemos/PSDB/PSL). Ai, foi tomada a decisão pela presidente da comissão, e acabou, não tem mais o que discutir”, sustentou.

Enquanto a decisão de Pacheco não vem, o desconforto continua. Fontes da CMO disseram que, quando a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), se reuniu com os



Lira com parlamentares: mudanças feitas pelos senadores na PEC dos Precatórios serão apensadas a outra proposta

Ação no Supremo

Na sexta-feira, o PDT entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no Supremo Tribunal Federal (STF), para que a Corte suspenda os efeitos da PEC dos Precatórios. O partido argumenta que a proposta é inconstitucional — principalmente no que se refere ao parcelamento dos precatórios, dívidas da União reconhecidas pela Justiça — e denota interesse eleitoreiro.

envolvidos para tentar resolver a situação, ainda na quarta-feira, não houve avanço, o que levou Thronicke a apelar ao STF.

Na ocasião, o senador Lasier Martins — que acusa o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) de ter assinado de forma ilegítima a indicação de Fagundes — teria se mostrado pouco disposto a

conversar e teria, até mesmo, sido deslealante com Rose de Freitas.

Parlamentares classificaram o comportamento de Lasier Martins como “atitudes típicas de marinheiro de primeira viagem”, já que os acordos são praxe e compõem a “alma” do Congresso. Os integrantes da CMO, então, decidiram apoiar a continuidade dos trabalhos, com Fagundes na relatoria de educação.

Ao **Correio**, Martins disse que, mesmo depois da negativa do STF, ele e seus colegas que questionam a designação não desistirão de sua tese de que ela afronta o regimento e cobrarão uma posição de Pacheco. “Vamos, agora, cobrar providências de Rodrigo Pacheco, por ser responsável pelo zelo da Constituição, das leis e das resoluções”, pontuou. Ele não quis comentar o episódio da reunião. Rose de Freitas também foi procurada, mas a parlamentar afirmou não querer mais mencionar o assunto.

A depender do posicionamento de Pacheco, a questão pode se estender a ponto de atrasar a votação do Orçamento, já que todos os

relatórios devem ser entregues até hoje, e a previsão de que tanto a CMO quanto o Congresso votem o relatório final é para quinta-feira.

Precatórios

Outro assunto referente às contas de 2022 deve ser resolvido esta semana na Câmara. A PEC dos Precatórios foi parcialmente promulgada (**leia Saiba Mais**) pelo Congresso, graças a um esforço conjunto entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Porém os trechos do texto que foram alterados no Senado ficaram de fora da **promulgação** porque terão de passar por nova análise dos deputados. A PEC é a aposta do governo para garantir espaço fiscal e viabilizar o Auxílio Brasil com aumento e tentar recuperar popularidade em ano eleitoral.

Pelo acordo entre as duas Casas, as mudanças feitas pelos senadores serão apensadas a uma outra PEC, já pronta para ir ao plenário da Câmara e que também trata de precatórios. A votação desse texto, com os

apensamentos, está prevista para amanhã.

A parte do texto promulgada já garante um espaço de R\$ 64,9 bilhões no Orçamento de 2022. Se o resto do texto for aprovado na Câmara, o total liberado pode chegar a R\$ 106,1 bilhões. Na última quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou o texto ao relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), com novas estimativas de gastos para o ano que vem por causa do cenário econômico esperado para 2022 e da promulgação da PEC dos Precatórios.

Agora, o ministério calcula despesas com o Auxílio Brasil na casa dos R\$ 90,5 bilhões — R\$ 54,6 bilhões a mais do que o previsto inicialmente —, com o tiquete médio do programa em R\$ 415. As novas estimativas, no entanto, não contemplam a promessa do presidente Jair Bolsonaro de dar um aumento aos servidores públicos, em pleno ano eleitoral, caso a PEC dos Precatórios fosse aprovada.

Há, ainda, a chance de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ler o parecer

Saiba mais

Fatiamento

Os pontos da PEC dos Precatórios promulgados pelo Congresso foram as mudanças no cálculo do teto de gastos e a possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a Previdência Social. Já os trechos com votação adiada foram: o Auxílio Brasil passa a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022; todo o espaço fiscal obtido pela União será vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da Seguridade Social — Saúde, Previdência Social e assistência social; o pagamento dos precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos ficam fora do teto de gastos; e a revisão do subteto para pagamento de precatórios será feita em 2026, não mais em 2036.

do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) à reforma tributária do consumo. É o que espera o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE). A equipe de Rocha confirma a possibilidade, mas diz que nada foi acordado ainda.

Para André César, cientista político da Hold Assessoria, o ano legislativo está praticamente encerrado e não há mais espaço para quaisquer projetos que não sejam Orçamento e Precatórios. “Não há mais ambiente (para aprovar outros temas), há um cansaço geral, e todos estão de olho nas suas bases para as eleições do próximo ano”, disse.

“A reforma tributária e a administrativa são duas matérias centrais, e é muito complicado apreciar no final de governo, mesmo porque não há consensos. No caso da tributária, em especial, você tem posições divergentes dos diferentes entes federativos: União, estados e municípios. Cada um defende o seu. Mas ainda há outras questões, setores, o agro, serviços, então, a tributária é muito complicada, tem de ser um arranjo muito bem-feito, que não ocorreu e não vai ocorrer agora.”

Senado avalia indicações a TCU e embaixadas

O Senado faz mais um esforço concentrado, de amanhã a quinta-feira, para votar pelo menos 21 indicações de autoridades, entre embaixadores, diretores de agências reguladoras e nomes para compor conselhos. Parlamentares também devem decidir quem ocupará o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na vaga aberta com a saída de Raimundo Carreiro, escolhido para a Embaixada do Brasil em Lisboa.

Dos 21 nomes que aguardam deliberação no plenário, 11 são indicados para chefiar embaixadas ou representações do Brasil em organismos internacionais.

Entre os nomes que podem ser aprovados estão Marcos Bezerra Abbott Galvão, para embaixador na China, e Orlando Leite Ribeiro, que pode assumir o comando da missão brasileira na Espanha.

Há, ainda, duas designações para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sete para agências reguladoras e uma para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A lista de autoridades pode aumentar, caso as comissões sabatinem outras indicações pendentes. Segundo a pauta divulgada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o colegiado vai sabatinar, amanhã, nomes

indicados para a diretoria do Banco Central e para o TCU. Até sexta-feira, porém, apenas a indicação do senador Antonio Anastasia (PSD-MG) para ministro do tribunal de contas estava incluída na pauta, mas a CAE aguardava outras indicações.

Na quarta-feira passada, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP), informou que o colegiado deve analisar “três ou quatro autoridades” ao longo da semana de esforço concentrado. Indicado para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), João Paulo Schoucair é um dos que aguardam a sabatina. (Agência Senado)

Waldemir Barreto/Agência Senado



A intenção do presidente do Senado é zerar as análises de indicações nesta semana